



Revista de Processo, v. 38, n. 224, out. 2013

A parcialidade positiva do juiz: fundamento ético-material do Código Modelo Ibero-Americano

Artur César de Souza

Páginas: 15 a 40
Total de Páginas: 26

Direito fundamental à prova

Vitor de Paula Ramos

Páginas: 41 a 64
Total de Páginas: 24

Tutela constitutiva e volta ao estado anterior

Carlos Alberto Alvaro de Oliveira

Páginas: 65 a 72
Total de Páginas: 08

O princípio do máximo rendimento: amicus curiae e audiências públicas

Carlos Gustavo Rodrigues Del Prá

Páginas: 73 a 92
Total de Páginas: 20

O princípio da razoável duração do processo: noções sobre o acesso qualitativo e efetivo ao Judiciário

Dante Olavo Frazon Carbonar

Páginas: 93 a 120
Total de Páginas: 28

Litigância de interesse público e execução participada de políticas públicas

Humberto Theodoro Júnior

Dierle Nunes

Alexandre Melo Franco Bahia

Páginas: 121 a 154
Total de Páginas: 34

Considerações sobre o art. 285-B do CPC, acrescido pela Lei 12.810/2013. Afinal, o Congresso Nacional é um parlamento ou uma fábrica de salsichas?

J. E. Carreira Alvim

Páginas: 155 a 172
Total de Páginas: 18

Institution of analogy in the Russian civil law and civil procedural law Nikolai Manyak Victor Momotov Galina Uletova Svetlana Markova-Murashova	Páginas: 173 a 194 Total de Páginas: 22
A incompatibilidade do efeito suspensivo dos embargos do devedor com o prosseguimento da execução para a realização de atos de penhora e avaliação (art. 739, § 6.º, do CPC) Daniel Brajal Veiga	Páginas: 195 a 208 Total de Páginas: 14
O pedido de suspensão de segurança: uma sucinta sistematização Leonardo Zehuri Tovar	Páginas: 209 a 240 Total de Páginas: 32
Relevância da questão federal com filtro de admissibilidade do recurso especial: análise das propostas de Emenda Constitucional n. 209/2012 e n. 17/2013 Marco Aurélio Serau Jr. Denis Donoso	Páginas: 241 a 254 Total de Páginas: 14
The recognition of U.S. class action judgments abroad: the case of Latin America - part II: obstacles derived from traditional rules Antonio Gidi	Páginas: 255 a 282 Total de Páginas: 28
Ação civil pública ajuizada por promotor estadual, com impugnação à formação de cartel por empresas cimenteiras. Ministério Público Federal como “promotor natural”. Foro competente, nos casos de danos de âmbito nacional Athos Gusmão Carneiro	Páginas: 283 a 312 Total de Páginas: 30
Recurso repetitivo. Foro competente. Execução individual de sentença em ação civil pública. Voto condutor. Análise sob a perspectiva da uniformização da jurisprudência Mariana de Souza Cabezas	Páginas: 313 a 332 Total de Páginas: 20
Os pressupostos para o deferimento da medida de indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa Eduardo Chemale Selistre Peña	Páginas: 333 a 358 Total de Páginas: 26
Radiografia de uma decisão judicial: rumo à valorização dos precedentes Mateus Costa Pereira	Páginas: 359 a 368 Total de Páginas: 10

**O sistema de precedentes e a justiça das decisões
judiciais na China**

Zhang Qi

Páginas: 369 a 392
Total de Páginas: 24

**Normas processuais e normas procedimentais: uma
proposta de diferenciação para fins de competência
legislativa**

Guilherme Lunelli

Páginas: 393 a 424
Total de Páginas: 32

**As tutelas de urgência no Projeto de novo Código de
Processo Civil**

Desirê Bauermann

Páginas: 425 a 446
Total de Páginas: 22

**Money and other fundamentals: english perspectives on
court proceedings, mediation, and arbitration**

Neil Andrews

Páginas: 449 a 483
Total de Páginas: 35